



FATORES ECONÔMICOS NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA NOS ANOS DE 1865 A 1876

*Fabio da Silva Pereira **

Introdução

O objetivo do estudo consistiu em apresentar uma revisão bibliográfica dos fatores econômicos ocorridos no Brasil e no mundo que contribuíram para a efetivação do maior conflito bélico da história da América do Sul, desde a formalização do tratado no dia 1º de maio de 1865 entre os três países signatários (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o país Guarani até a retirada das últimas tropas imperiais brasileiras de Assunção, a capital paraguaia, em 1876.

O protagonismo político dos beligerantes ganha bastante importância no viés econômico mundial onde as transformações do capitalismo e da Segunda Revolução Industrial são percebidas e testadas através da divisão internacional do trabalho e da tentativa de imposição do modelo financeiro do país mais poderoso do mundo naquela época: a Inglaterra.

Nesse escopo, as relações de produção e a garantia que os europeus teriam dos países envolvidos iriam além do que fornecer materiais bélicos e produtos acabados. No entanto, essa primeira tentativa de globalização do capital através da instituição do *padrão-ouro*¹ seria mais ou menos sentida conforme as políticas monetárias, sejam elas liberais ou protecionistas. Importante destacar que Maurice de Saxe dizia que "para fazer uma guerra, três coisas são necessárias: dinheiro, dinheiro e dinheiro" (CORVISIER, 1999: 191).

As repercussões da gestão econômica pós 1850 no Império do Brasil estavam revestidas em seu caráter empirista. A crise do encilhamento do Banco do Brasil em 1857, por seu forte caráter especulativo, proporcionou os seus contornos em torno da geração de novas empresas que precisavam comprovar apenas dez por cento do seu capital social para ter as suas ações divulgadas na bolsa de valores. Além disso, abandonou-se o princípio da unidade emissora, de que se valia o Banco do Brasil, e

* Fabio da Silva Pereira é professor de História Militar da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Licenciado em História (UNIRIO) e Mestre em Administração Pública (FGV).

¹ A segunda metade do século XIX também conheceu uma primeira tentativa de implantação de uma "moeda única" na Europa no bojo da iniciativa francesa - a União Latina. Na verdade, desde 1816 a Inglaterra tinha adotado um padrão fixo para a definição da Libra Esterlina, estabelecendo que a peça ("soberano" de ouro) de 1 £ seria equivalente a 7,988g de ouro (ALMEIDA, 2001:387).

alguns bancos na Corte e nas províncias passaram a gozar desse estímulo (GRANZIERA, 1979:61), os quais retiravam o poder governamental na interferência dos assuntos econômicos. Segundo ABREU e LAGO "até a década de 1850, casas bancárias prevaleciam na intermediação financeira. Com o fechamento da casa bancária *Souto e Cia* em 1864, levou a uma considerável queda de participação desse tipo de estabelecimento nos negócios bancários" (ABREU e LAGO 2001: 29). Assim, com a falência de uma das mais tradicionais casas bancárias do ramo, os olhos da administração fazendária se abriram no sentido de criar um Tesouro Nacional para proteger os interesses e os investimentos privados.

Porém veio a Guerra do Paraguai e o Império do Brasil teve de readequar a posição econômica austera balizada no início da década. Surge, assim, a importância dos aspectos econômicos para resolver o problema logístico, diplomático e militar: permitir as operações militares, em uma região convulsionada por conflitos internos, a milhares de quilômetros de distância. Cada situação descrita possui um conjunto de requisitos específicos, onde nem sempre se recorre ao capital externo para aliviar determinada crise institucional, seja ela interna ou externa. Em um país de dimensões continentais, a Marinha do Brasil e o diminuto Exército Brasileiro consumiam, juntas, "cerca de um terço do orçamento antes da guerra" (FIGUEIRA, 2001:44).

Por fim, a problemática desse estudo consiste em observar e avaliar os aspectos que viabilizaram a guerra entre os quatro países e consolidaram antigas questões fronteiriças, além de fomentar o desenvolvimento regional estimulados pela injeção maciça de capitais externos, sobretudo oriundos da Europa. O presente tema aborda em seu aspecto amplo assuntos atinentes ao âmbito regional do conflito. A fim de analisar os fatores econômicos na guerra da Tríplice Aliança nos anos de 1865 a 1876 foram apontados alguns aspectos ocorridos no contexto regional, abarcando os países platinos de língua espanhola envolvidos (Argentina, Uruguai e o Paraguai), com ênfase no resultado das inversões de capital estrangeiro e do apoio logístico prestado em campanha e após o conflito até o ano de 1876.

2. Aspectos econômicos regionais

Por um lado, no decurso dos cinco anos de combate, foi preciso mobilizar cerca de 200 mil homens, dos quais 139 mil foram para o campo de combate. Assim, "o Brasil fez um grande esforço para armar, municiar, alimentar, vestir e dar assistência médica aos seus soldados" (FIGUEIRA, 2001: 23). Por outro lado, em território brasileiro, os comerciantes estrangeiros, sobretudo ingleses, poderiam gozar dos mesmos direitos e das prerrogativas que os nacionais (ALMEIDA, 2001:266). Ao enviar os preços vigentes no Rio de Janeiro, o Ministério da Guerra se garantia contra preços maiores na Europa e também limitava possíveis falcaturas que poderiam resultar da compra por preços majorados (FIGUEIRA, 2001: 66).

É verdade que nesse período da guerra do Paraguai aconteceram diversos conflitos locais, alguns até com a participação de grandes potências; mas foram curtos no tempo e pequenos na abrangência, onde "o mais parecido a uma guerra geral foi a da Crimeia; mas não atingiu a escala das guerras que abriram e fecharam essa era" e "também não foi semelhante às que caracterizaram os quatro séculos precedentes" (AMAYO 1995:255). A política de exteriorização comercial e de restauração tendencial da hegemonia dos segmentos sociais mercantis e exportadores, com destaque para estancieiros, plantadores e comerciantes, promovida pelo Lopismo, em relação ao período Francista, necessitava de livre acesso ao mercado mundial através do Rio da Prata. León Pomer destaca o investimento que o país Guaraní estava fazendo para melhorar a situação política:

"Olvida el gobierno del incriminado (Paraguay) envía a Europa a los mejores jóvenes paraguayos - a cuenta del erario público - para que aprendan lo inherente a la cultura y ciencia contemporáneas. Se queja de que, a excepción de López "nadie posee ni siquiera una fortuna moderada"; que los derechos de importación son enormes, lo que perjudica - ni hace falta decirlo - la introducción de mercancía del exterior, y luego hasta finalizar prosigue la oscurísima pintura del estado de cosas, cargada de subestimación por el pueblo y por la capacidad del ejército" (POMER, 2011:56).

No entanto, para viabilizar o pleito nas esferas política e militar, o Brasil assumiu a posição credora e valeu-se da "Diplomacia dos Patacões", moeda vigente no Império à época para financiar a cruzada em território platino. Antes do conflito, a Argentina estava dividida em dois blocos: a Confederação Argentina Liderada por Justo

José de Urquiza e o Governo Central baseado na Província de Buenos Aires sob o comando do Presidente Bartolomé Mitre.

Em 1861, após a vitória mitrista na batalha de Pavón, iniciou-se o processo de unificação dos blocos existentes, incluindo as dívidas do lado vencido. León Pomer enfatiza que publicamente o Brasil viabilizou *"todas las operaciones de crédito las realizó a través del Banco de Mauá, que se instaló en 1858 en Rosario, sostenido financieramente por el oro que el Imperio recibía de Rotschild"* (POMER, 1968:315). O quadro a seguir sintetiza as ações brasileiras nos dois grandes blocos argentinos:

Quadro 1 - ações brasileiras na Confederação Argentina e no Governo Central de Buenos Aires

Ano	Valor**	Local	Observação
1851	400.000 patações	Confederação Argentina	<i>"Fueron empeñados como garantía las tierras fiscales correntinas y entrerrianas, recurso financiero que fue destinado a la organización del Ejército Grande para derrocar a Rosas"</i>
1857	300.000 patações		<i>"Una vez más Urquiza recurre al Brasil como único medio de financiamiento del gasto público de la Confederación, firmando en noviembre. que previó, entre otras concesiones: (a) La libre navegación de los ríos argentinos para buques brasileños, incluso para los de guerra;(b) La cesión de 4.500 leguas de tierras en los territorios misioneros;(c) La extradición de esclavos (violando el artículo 15 de la Constitución Nacional); y(d) El interés anual del 6% si el mismo no era cancelado antes de 1860".</i>
1865	1.000.000 patações	Província de Buenos Aires	<i>"[...]a tan solo cuarenta y nueve días del ataque a Corrientes por tropas paraguayas, Brasil prestó 1.000.000 \$F al Gobierno Nacional"</i>
1866	1.000.000 patações		<i>"El 01 de febrero de 1866, se firmó otro protocolo, por el cual Brasil presta 1.000.000 \$F al gobierno de Mitre".</i>

Fonte: SÁNCHEZ, 2013: 3-8; adaptação do autor.

Como prelúdio das ações diplomático-militares na região, a Missão conduzida pelo diplomata José Antônio Saraiva, sinalizou ao governo imperial em maio de 1864 o bloco político-social sobre a estrutura que estava construindo sua política na República Oriental: os “homens mais moderados do *Partido Blanco*”, “todos os colorados” e os “estrangeiros”, ou seja, sobretudo, o grande comércio de Montevideu (SOARES, 1995:241). Sem pudor, reconheceria diante do governo oriental que Venancio Flores era sustentado “com o recurso estrangeiro e especialmente do Rio Grande do Sul” (MAESTRI, 2013:7). A tabela a seguir mostra a inversão do capital nacional nas questões uruguaias:

Tabela 1 - Acordos de empréstimos para o Uruguai 1851 - 1868

**Patações=Pesos fortes (\$Fts)

Ano	Data	Observação
1851	12/10	Convenção entre os dois países para a prestação de subsídio; 60 mil patacões mensais “por tanto tempo o Governo de Sua Majestade julgar conveniente”; crédito imediato de 138 mil patacões; reconhecimento de dívida anterior de 288.791 \$ Fts, a juros de 6%; garantia das rendas do Estado (Uruguai) e direitos das Alfândegas.
1853	9/5	Contrato de empréstimo da quantia de 84 mil pesos, entre o ministro da Fazenda da República Oriental do Uruguai (ROU) e Irineu Evangelista de Souza; 30 mil pesos em metal de contado e 48 mil pesos em letras ou vales; foi oferecido novo empréstimo por Irineu E. de Souza no valor de 1 milhão de pesos.
1858	23/1	Protocolo estabelecendo as condições de um empréstimo de 110 mil patacões à ROU; juros de 6% dedicado “às despesas futuras da Repartição de Guerra, Marinha, Estrangeiros e Governo”.
1858	8/5	Acordo relativo a indenizações por prejuízos causados a cidadãos brasileiros durante a guerra civil; estabelecia uma comissão mista para o ajuste de reclamações de súditos brasileiros
1865	8/5	Convenção para o empréstimo de 600 mil \$ Fts à ROU, feita na cidade de Buenos Aires, “para fardar, armar e custear pelo menos 4 a 5 mil homens que devem marchar contra o atual presidente do Paraguai, segundo o tratado de aliança” de 1º de maio de 1865.
1865	5/6	Protocolo relativo às condições de empréstimo de 600 mil S Fts; o governo oriental pagaria somente os juros e despesas que o Governo Imperial fizesse caso fosse levantar empréstimo interno ou externo para conceder a quantia estipulada; caso contrário, se aplicariam juros de 6%; Dessa forma, a ROU ficava obrigada a “amortizar este empréstimo com a maior brevidade”, pagando após um ano quantias mensais de 1%, mais os juros, logo que possa “levantar o empréstimo no estrangeiro, pagará de uma só vez o capital e os juros desse empréstimo”, bem como entregará ao Brasil “quaisquer garantias ou valores que receber do Paraguai.
1865	22/11	Protocolo para ajustar as bases de um empréstimo de 200 mil \$ Fts à ROU em quatro letras de 50 mil cada uma; se aplicavam às mesmas condições do empréstimo anterior.

Fonte: ALMEIDA, 2001: 208-209; adaptação do autor.

Além disso, em 1863, Venâncio Flores desembarca na costa oriental (Uruguai) financiado por um dos maiores produtores de alimentos da Argentina. Lezama é um homem ligado à Mitre, mas ao mesmo tempo aos ingleses e aos homens do gado. POMER elucida alguns detalhes do relacionamento que contribuiu para a costura que mais tarde culminou com a tríplice aliança:

“[...] no dia 24 de abril, Flores recebeu de Dom José Gregório seis mil onças de ouro “para serem usadas imediatamente, e com letra aberta para sacar da casa Lezama as quantidades que precisasse”. Venâncio, então, recomenda a sua família a Lezama, tudo na presença de Mitre e com seu consentimento. Por isso, “quando Flores desembarcou na margem oriental vindo de Buenos Aires, o corpo diplomático estrangeiro não se dirigiu ao Brasil, mas ao presidente Mitre, pedindo-lhe explicações por essa agressão, que lhe foi atribuída desde o primeiro instante” (POMER, 1980:89-90).

Ou seja, em seu revisionismo, Francisco Doratioto termina por afirmar uma impossibilidade tácita de vitória paraguaia no conflito frente aos objetivos nacionais de

Brasil e Argentina. A moeda internacional emprestada aos cofres do império auxiliou na costura de um acordo entre argentinos e uruguaios, fomentou o comércio e as fazendas da província de Corrientes e viabilizou a união do país argentino dominado pelo ódio entre os caudilhos Mitre e Urquiza. Em inícios dos anos 1860, a liberdade comercial e a autonomia paraguaia de fato dependiam da independência do porto de Montevideu, em relação a Buenos Aires e ao Império (AMAYO 1995:17). Os artigos exportados eram primeiramente a erva-mate, seguido pelo tabaco, couros, madeira e laranjas. Em troca, o Paraguai importava os tecidos industrializados em algodão e lã, vinhos, artigos de alimentação em conserva, calçados, sedas e artigos de ferragens. O quadro a seguir pontua o saldo entre as exportações e as importações paraguaias a partir de 1855:

Quadro 2 - Balança comercial paraguaia (moeda pesos paraguaios 1855 - 1860)

Ano	Exportações (+)	Importações (-)	Diferença (+ / -)
1855	1.005.900	431.835	+574.065
1856	1.143.131	631.234	+511.897
1857	1.700.722	1.074.639	+626.083
1858	1.205.819	866.596	+339.223
1859	2.199.678	1.539.648	+660.030
1860	1.693.904	885.841	+808.063
Total	8.949.154	5.429.793	+3.519.361

Fonte: POMER (2011); adaptação feita pelo autor.

Como se pode observar, o controle do comércio exterior demonstrado pela regulação da entrada de produtos industrializados norteia a aquisição por parte do estado, mantendo as contas equilibradas. Até mesmo com a péssima colheita de tabaco em 1860 não impediu que o Paraguai fechasse aquele ano com saldo positivo.

No tocante ao crédito, o estado paraguaio outorga juros hipotecários de 6% e comerciais que variam de 18 a 24% ao ano. Em 1865, estima-se que as importações tramitaram na faixa de 30 milhões de pesos-ouro onde o déficit não passa no erário público paraguaio. Quer dizer, os artigos que eram adquiridos para consumo eram prescindidos, sendo alvo de uma pequena parcela da elite paraguaia vinculada ao poder estatal. Além do mais, a maioria dos produtos produzidos eram de consumo próprio dos camponeses, dispensando a importação dos artigos de luxo vindos da Europa. Com Buenos Aires sob o controle unitário, o domínio de Montevideu pela Argentina ou pelo Império embrearia o Paraguai no coração da América do Sul, ao não dispor de porto de escoamento para o comércio internacional, em momento em que tinha importantes questões fronteiriças em aberto com aqueles dois países (MAESTRI, 2013:6). León

Pomer aponta a dinâmica de Bartolomeu Mitre para "*demorar deliberadamente la guerra*"(POMER, 1968:328) em um local onde ainda não haviam mapas e cartas topográficas confiáveis. O Paraguai era uma terra incógnita, desconhecida na Corte de Londres. As obras de Burton e do major Von Versen demonstram claramente a inexistência destes conceitos. Basta dizer que o major, ao sair da Europa, nem mesmo sabia como entrar no Paraguai." A Sociedade Geográfica inglesa mal sabia identificar no mapa a posição do Paraguai. Muitos o consideravam situado na América do Norte e achavam que o seu povo era composto de peles-vermelhas (PERNIDJI; PERNIDJI, 2003: 109)". Além disso, de acordo com OSSANNA:

"Consideramos que esta región presentaba una complejidad de por sí: como espacio de frontera entre dos imperios, donde los portugueses argumentaban no estar invadiendo territorio extranjero, ni sustrayendo sus recursos materiales y humanos, y los vecinos y funcionarios españoles carecían de los medios necesarios para efectivizar el dominio y controlar el área" (OSSANNA, 2008, :2).

A ofensiva paraguaia-sul em solo brasileiro (os paraguaios avançaram também pelo norte, tomando a cidade de Corumbá, em Mato Grosso), onde os recursos materiais e humanos mobilizados pela força Lopizta nos anos de 1864-1865, representaram, naquele momento, a parte substancial dos homens na melhor idade de combater e produzir, findando-se no vilarejo de Uruguaiana. O próprio Solano López destacaria Uruguaiana como um ponto de abastecimento, conforme a correspondência enviada ao comandante da força expedicionária paraguaia sitiada:

"Ya que Usted no ha cumplido mis órdenes y ha pasado el Ibicuí, se le ordena nuevamente continúe la marcha hasta la Uruguayana, donde se hará de víveres y en seguida pasará a Alegrete, previniéndose como antes, de no acampar dentro de las poblaciones para evitar ahí el peligro de ser sitiado por el enemigo" (MAESTRI, 2013,:12).

A corrente revisionista apontava a causa da guerra na conjuração dos três aliados (Brasil, Argentina e Uruguai) sob a tutela do "amo ultramarino" (POMER, 2011:59). No entanto, a corrente historiográfica mais atual, a sociedade paraguaia no panorama no interior americano de tensões territoriais e diplomáticas, que como objetivo de seu trabalho tende a construir o conflito no Prata. Segundo Francisco Doratioto (2002) isso contribuiria para a desconstrução de uma ideia de intencionalidade britânica de fomentar o conflito e do possível desenvolvimento autônomo paraguaio, salientando que em um país impossibilitado de se desenvolver já

que não possuía incentivo ao comércio ao passo que seu Estado distribuía provisões e sua produção era local e de primeira necessidade. A progressão aliada teve como escala inicial a capital uruguaia Montevideu e depois, Tuiuti e Passo da Pátria. Neste último, a base aliada se transformou numa cidade, tornando a progressão mais lenta e os recursos conseguidos com os banqueiros ingleses *Rothschild* estavam sendo gastos cerca de 100 mil ranchos por dia. POMER faz alguma consideração acerca dos fornecedores argentinos que atuaram no apoio de alimentação:

“No dia 25 de agosto de 1852, Urquiza decreta que Lezama e Juan Cruz Ocampo serão fornecedores – a pedido deles – de “todos os vestuários, armamentos, munições, arreios, calçados e todos os artigos que o Estado necessite para a provisão do Exército [...] E tudo porque pediram a ele! E a 1º de janeiro de 1865 o General Rivas recomenda a Mitre, de Azul, para que se encarregue da provisão de víveres e rações [...] Mas não passaria muitos meses para que Lezama encontrasse algo mais gordo: a provisão de rações ao exército em Corrientes: havia estourado a guerra no Paraguai.[...] Lezama e Galván cobram pela venda de cavalos, reses e vários artigos” (POMER, 1980: 255-256).

Apesar das vitórias brasileiras, o exército invasor e a esquadra sofriam problemas e dificuldades de logística. Para suprir a esquadra acima de Curupaiti e Humaitá, ainda ocupados pelos paraguaios, era necessário construir caminhos Chaco adentro. O objetivo era abastecer a esquadra de víveres e carvão, a fim de evitar o *canhoneio* de Curupaiti e Humaitá sobre as embarcações provedoras (PERNIDJI; PERNIDJI, 2003: 123). As quantidades solicitadas, evidentemente, eram sempre muito grandes: 50 mil pares de sapatos, 50 mil camisas, 10 mil espingardas, 10 mil carabinas, 5 mil barracas, etc. Sem contar as enormes quantidades de carvão para os navios, dos quais a preferência do mercado externo em prejuízo do mercado interno. Portanto, do empréstimo de 5 milhões de libras obtido em Londres, pequena soma veio para o Brasil. O fato é que o dinheiro tem sido na maior parte gasto na Europa em encomendas (sobretudo pedidos de fardamento) (FIGUEIRA, 2001: 63).

O Marechal López, apesar de encontrar-se sitiado pelo principal veio logístico, reforçava o seu exército com novos recrutas e recebia mais munições e canhões do arsenal de Assunção (BAPTISTA, 2007: 307). O milho, alimento das cavalgadas dos exércitos invasores, passou a ser, com a magra mandioca, a nutrição fundamental do soldado guarani (BAPTISTA, 2007: 343).

Por outro lado, a diplomacia entrou em jogo também para minar as possibilidades do Paraguai obter novos armamentos. Por ocasião da batalha naval do Riachuelo, “estavam fundeados defronte ao acampamento aliado 37 vapores, dentre eles os três que haviam sido encomendados e pagos parcialmente pelo governo paraguaio” (BAPTISTA, 2007:247). O autor mencionado vai além e cita a compra de cavalos por parte de Manuel Luís Osório, comandante do 1º Corpo de Exército a Urquiza nos seguintes termos:

“O comandante imperial discutiu as bases com o preposto do caudilho business man e terminaram ajustando o preço de 13 patações – quando o preço normal girava em torno de 10 patações por cavalo útil –, adquirindo um total de 30 mil cavalares! A aquisição de tamanha quantidade de bucéfalos deixou praticamente a pé as cavalarias de Entre Ríos e Santa Fé, propensas a se aliarem ao Marechal López. Sendo a cavalaria a organização bélica de preferência do gaúcho, que não tem jeito de pelejar a pé, Osório, emitindo ordens – não de comando, de pagamento contra as agências do Banco Mauá em Buenos Aires e Rosário –, derrotou as forças montadas em previsão, que lutariam contra portenhos e imperiais. Foi uma Vitória “cavalar” do Brasil” (BAPTISTA, 2007:231).

A proposta da análise dessa relação ciclo econômico/militar, para tentarmos demonstrar que naquele ano de 1864, início de um período de baixa na economia mundial, o ator interessado em um conflito no coração da América do Sul, não era a Grã-Bretanha, mas sim, os Estados Unidos da América (EUA), único país a manter diplomatas até o fim de Solano López em 1870. Além disso, verifica-se que além de possuírem nítidos interesses na Bacia Platina, aproveitaram-se da ocasião do conflito para vender seus produtos de guerra, e também participaram assiduamente, em alguns momentos, em favor do governo paraguaio. Por fim, os processos econômicos são importantes para se entender a Guerra do Paraguai e qualquer outro processo conjuntural que leve a uma reviravolta na ordem política, social, infraestrutural, geopolítica, etc., de âmbito local, regional ou global de determinadas partes do planeta. Aquisições de equipamentos militares não fogem a regra. Segundo VAS:

“Gastou com armamentos e algumas novas tecnologias, dentre as quais se destacam as armas raiadas, em substituição ao armamento de pederneira de carregar pela boca; a utilização, pela primeira vez na América do Sul, de balões aerostáticos para espionagem e mapeamento de território; e a adoção de medidas higienizadoras nos acampamentos, dentre outros pormenores” (VAS, 2012:4).

Não que os mesmos possam traduzir a realidade como um todo, mas, os fluxos econômicos contribuem para as "territorializações" que determinados grupos engendram em diferentes setores do plano doméstico do Estado e que refletem nas suas relações exteriores com outros (FERNANDES, 2011:5). Nidia Areces faz um breve comentário sobre a estrutura paraguaia:

“Este espacio se articulaba en función de la importancia del Paraguay y sus afluentes como vía de salida del tráfico comercial y de la economía de la región. Además de los transitorios ranchos de los beneficiadores de yerba, su poblamiento se caracterizaba por las haciendas-poblados y chacras de propiedad o de arriendo estatal, con el asiento de la Comandancia en la Villa, centro político-económico y puerto sobre el río Paraguay. [...] La población local se mantenía básicamente con una producción de subsistencia y bajo dependencia del mercado asunceno, siendo importante su vinculación con los circuitos ilegales del contrabando efectuado con los portugueses del Mato Grosso” (ARECES, 2005:4).

De fato, era por intermédio do Banco Mauá que o governo fazia o fornecimento de dinheiro para a Marinha e para o Exército, mediante a comissão de 1,5%. Para dar conta de tantos negócios, ele (o Comandante em Chefe das tropas brasileiras) se via obrigado, necessariamente, a delegar atribuições a subordinados e agentes, muitas vezes sem competência e sem responsabilidade legal, o cumprimento de deveres que ele não podia cumprir (FIGUEIRA, 2001: 80). Mas a manutenção da soberania paraguaia também cobrou o seu preço. Os governos brasileiros, conservadores, atuaram, entre 1868 e 1876, a partir da premissa de que o Paraguai, destruído pela guerra, não tinha condições, por si só, de manter-se independente e seria anexado pela Argentina, o que deveria ser evitado por uma ação consistente do Império. A Constituição da República do Paraguai promulgada em 1870, instituiu os princípios liberais, que buscavam, fundamentalmente, impedir a intervenção do Estado na economia. O Estado paraguaio deveria "restringir-se em manter a ordem e a paz interna, a administração, justiça, proteção dos direitos individuais e garantia da propriedade privada. Devia responsabilizar-se por atividades relacionadas à educação, imigração e execução de obras públicas" (PERARO, 2007:2).

3. O pós-guerra: 1870-1876

Após a morte de Solano López, um governo provisório foi instituído pela forma de um triunvirato, composto por Carlos Loizaga, José Díaz de Bedoya e Juan

Francisco Découd. Este último não caiu nas graças do Barão de Coteigipe (tido como "argentinista", grifo nosso), sendo substituído pelo Presidente provisório Cirilo Antonio Rivarola. Com a ocupação das tropas aliadas, gerou-se uma expectativa de consumo que manteve cerca de 2000 casas de negócios quase todas na capital paraguaia e o restante nas localidades de Villa Rica e Encarnación.

O Paraguai praticamente não deixou dívidas ao final do conflito. Segundo Harris Warren "Solano López pagou quase nada a sua tropa, e mandou por navio ouro suficiente para satisfazer os seus credores" (WARREN, 1978:31). Com o Governo provisório estabelecido, foi decretado após a contração do primeiro empréstimo (200.000 \$ Fts) a primeira cunhagem de moedas de 1, 2 e 4 centavos de Peso, totalizando 100.000 \$ Fts em cobre. Aliado a isso, o governo paraguaio intentou regular o câmbio em dois decretos (1871 e 1875), fixando a equivalência de 5 \$ Fts para cada Libra Esterlina. No entanto, como o valor de face era baixíssimo, as moedas de prata bolivianas e os patacões predominavam nas casas comerciais (WARREN, 1978). A situação comercial, apesar da dificuldade monetária, recuperou a sua importância gradativamente. Dentre os artigos importados, destacavam-se tecidos de baixa qualidade vindos da Inglaterra, botas argentinas, fogos de artifício chinesas, vinhos de horrível qualidade, açúcar, óleo e sabão. Por outro lado o Paraguai exportava erva mate, madeira, tabaco e carnes. Após a guerra, 22 barcos com serviços regulares faziam o trajeto Assunção-Buenos Aires-Montevideú. Ao final, estima-se que 7.000.000 \$ Fts foram investidos pelos comerciantes (maioria argentinos, grifo nosso) na capital paraguaia e nos portos para a exportação da erva mate e do gado (WARREN, 1978:37). A tabela a seguir mostra o valor movimentado com as exportações do período de ocupação das tropas aliadas, bem como a arrecadação dos direitos aduaneiros:

Tabela 2 - movimentação e direitos aduaneiros no Paraguai

Ano	Exportações (\$ Fts)	Direitos aduaneiros (\$ Fts)
1873	1.685.886	322.485
1875	490.138	319.129
1876	267.509	137.112
Total	2.443.533	778.726

Fonte: WARREN, 1978, adaptação do autor.

Para dinamizar as relações comerciais, captou-se recursos oriundos da venda de terras estatais 2.000.000 \$ Fts para a cunhagem de moedas e mover as contas

públicas que giravam na ordem de 500.000 pesos anuais, além de um "empréstimo de £ 1.000.000 dos banqueiros ingleses" (WARREN, 1978, :138) em troca da concessão das ferrovias e das terras adjacentes. Além disso, outras vendas de terras públicas foram observadas em 1870 (29 de dezembro-100.000 pesos), 1871 (15 de julho - 300.000 pesos) e 1876 (50.000 pesos oriundos do Banco Nacional de Buenos Aires). O governo paraguaio emitiu, ainda, em 11 de julho de 1874 uma lei para garantir a captação de mais investimentos, garantindo uma taxa de retorno de 7% nos aportes acima de 200.000 \$ Fts até o limite de 15.000.000 \$ Fts. O governo arrecadou em 1871 205.786,40 com essa medida (WARREN, 1978:68).

Porém, "o cumprimento desta (lei, grifo nosso) seria uma dura realidade" (WARREN, 1978:221). Isso por causa do clima de instabilidade causada pelas revoltas de sucessão e alternância no poder, a saber, em 1871 Salvador Jovellanos, Vice Presidente aceitou o pedido de renúncia de Rivarola e Juan Bautista Gill, ex Ministro da Fazenda afastado por corrupção, alcança o senado. Duas revoltas foram sufocadas em 1871 e 1873-74 (Jovellanos solicitou ao congresso a disponibilidade de 200.000 \$ Fts para debelar esse conflito iminente) com a ajuda das tropas e pela diplomacia Imperial. O representante do Império, barão de Cotegipe, após as negociações fracassadas com o governo argentino, permaneceu e assinou um tratado de paz em separado com Paraguai, definindo a fronteira brasileiro-paraguaia no rio Apa, como pleiteara o Rio de Janeiro desde a década de 1850 (DORATIOTO, 2008:233). De acordo com o artigo 20 do tratado de paz, deixaram, no território do Paraguai, forças em terra. As forças terrestres que permaneceram desde o fim do conflito constavam de uma divisão de exército, atingindo o efetivo de 3.772 militares, uma flotilha fundeada na baía de Assunção, contando com reforços alocados na Província de Mato Grosso, com tropas e canhoneiras. Em 1872, o quadro diminuiu para 2870 que foram necessários para sufocar uma rebelião em 1873 e apoiar outro movimento em 1874. Em 1876, a última força de ocupação brasileira deixou o território paraguaio em 22 de junho por terra e por mar. Doratioto faz algumas considerações sobre a situação financeira:

"Se a permanência dos militares brasileiros no Paraguai deu suporte à ação da diplomacia imperial, paradoxalmente também lhe criou dificuldades. [...] Essa situação se inverteu em fins de 1875, quando o representante diplomático brasileiro, Felipe José Pereira Leal, se envolveu com comerciantes estrangeiros em Assunção,[...]. O diplomata conspirou contra

o governo paraguaio, contrariando às instruções que recebera da chancelaria imperial, as quais se restringiam os comandantes militares brasileiros. Pereira Leal instigou uma rebelião armada contra o presidente paraguaio Juan Bautista Gill, o qual, após sufocá-la, aproximou-se da Argentina, assinando em 1876 os tratados de paz entre os dois países. Esses documentos, porém, realizaram os objetivos do Império do Brasil, levando-o a desocupar o Paraguai, ato pelo qual ansiavam os governantes brasileiros, pois era precária a situação do Tesouro imperial, o que demandava o corte de gastos públicos" (DORATIOTO, 2004: 234).

Dessa forma, pode-se inferir alguma coisa quanto aos custos dessa permanência que garantiu o Paraguai como país. Sem isso, com certeza, poderíamos ter um novo conflito com a Argentina ou o Paraguai seria mais uma província Argentina, como intentava aquele país no Acordo da Tríplice Aliança. No caso do Brasil, absorveu recursos humanos e financeiros de que a economia brasileira necessitava para se expandir. Dessa forma, o país foi obrigado a se improvisar como podia já que não estava preparado para uma guerra. O Paraguai dessa forma pegou o Brasil de surpresa. Os materiais utilizados exportados da Inglaterra e França primavam pela qualidade, mas tornou-se muito oneroso para o Brasil, não tanto pelo valor cobrado, mas pelo grande desvio de carvão para outros postos (FIGUEIRA, 2001: 72-73).

4. Considerações finais

O Império do Brasil e seus aliados venceram nos planos político e militar, mas o plano econômico apresentou consideráveis ressalvas, pois o conflito dragou recursos que poderiam dinamizar o comércio, a produção e a interiorização dos países da Tríplice Aliança, sobretudo a Argentina e o Brasil. Dessa forma, os capitais ingleses cumpriram o papel desenvolvimentista no mesmo trinômio conforme ocorreu com o Paraguai. E cobrou caro o seu preço. Em 1865, o quadro observado nos três países aliados a adequação monetária financeira de forma empírica sob a supervisão dos banqueiros europeus. Dez anos depois, a recessão forçou os aliados a por seu termo nas pretensões expansionistas dos vencedores. A brutal luta envolvendo os quatro países contribuiu para pacificar as questões fronteiriças após a assinatura do tratado entre a Argentina e o Paraguai e a consequente retirada das tropas brasileiras de Assunção, em junho de 1876.

A Guerra contra Solano López encontrou um terreno fértil para a entrada desses capitais vindos de fora, porém foi observado o aporte de capitais nacionais brasileiros e argentinos oriundos da atividade econômica exportadora. Os países não estavam preparados para enfrentar um conflito daquelas dimensões, contra um inimigo militarmente poderoso, em terreno distante, para o abastecimento das tropas era necessário recorrer a fornecedores localizados em Buenos Aires e Montevideu. Nessas condições, a tarefa de fiscalizar os contratos, bem como de comprovar fraudes, tornava-se extremamente difícil. Para piorar a situação, o Brasil, além de arcar com seus próprios encargos, que já eram vultosos, ainda teve de ajudar os aliados, cujas dificuldades eram ainda maiores (FIGUEIRA, 2001: 44). O período de baixa na economia mundial, registrado nos anos 1850-1860, reduziu os valores de mercado dos produtos primários brasileiros no período da guerra e favoreceu a injeção das libras esterlinas, tornando-se a principal moeda internacional, seguido pelo patacão imperial. Nos casos argentino e uruguaio, a produção de carnes e seus derivados alavancou o comércio e a vinda de capitais estrangeiros, proporcionando elevados índices de desenvolvimento no início do século XX.

O fato é que o Brasil saiu da Guerra do Paraguai em péssima situação financeira, cumprindo-se infelizmente o terrível vaticínio de Mauá, ainda em 1860, como ele bem profetizara ao ministro plenipotenciário do Uruguai no Rio de Janeiro, A 'maldita guerra' seria a 'ruína do vencedor e a destruição do vencido' (ALMEIDA, 2001,;217). Péssima situação financeira à parte, o fato é que, na volta da guerra, com a vitória aliada garantida, o Exército Brasileiro ganhou força política sem precedentes. Apesar da desastrosa política de desmobilização após os conflitos, a força terrestre tornou-se, a partir de 1870 altamente expressiva na vida nacional e colocou em discussão a permanência da escravidão, principalmente a condição dos negros libertos para lutar nas suas fileiras durante o conflito. Muitos dos soldados que lutaram na guerra eram escravos e continuaram sendo após a vitória, contribuindo, anos mais tarde, para a "questão militar". Por fim, o plano econômico contribuiu para a pressão sobre os poderes sociais, políticos e militares sobre o Império do Brasil.

Referências

- ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO Luiz Aranha Correa do. ***A economia brasileira no Império, 1822-1889*** (texto para discussão). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 2001. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td584.pdf>> Acesso em: 17.12.2013.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. ***Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no império***. São Paulo: Editora SENAC São Paulo; Brasília: FUNAG, 2001. 675p.
- AMAYO, Enrique. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. ***In: Estudos Avançados. Revista de Historia Econômica do Departamento de Economia da Universidade Estadual Paulista (Unesp)***. São Paulo: julho-dezembro 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a13.pdf>> Acesso em: 02.10.2013.
- ARECES, Nidia R. ***Concepción, guerra y frontera paraguaya con el Mato Grosso, y la política económica de Carlos A. López. Entre la diplomacia y la guerra***. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata (FaHCE), 2005. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unl.edu.ar/art_revistas/pr.559/pr.559.pdf> Acesso em: 08.10.2013.
- BAPTISTA, Fernando. ***Elisa Lynch: mulher do mundo e da guerra***. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.
- CERQUEIRA, Dionísio. ***Reminiscências da Campanha do Paraguai (1865-1870)***. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CORVISIER, André. A Guerra: Ensaio Histórico. ***In: Coleção Marechal Trompowski***. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. ***Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai***. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 656p.
- FERNANDES, Ari Carlos R. M. et al (orgs). ***A Guerra do Paraguai: um evento que se originou devido ao segundo o ciclo de Kondratieff de 1843 a 1896***. Dourados: UFGD, 2011. Disponível em: <<http://www.eumed.net/libros-gratis/2011f/1135/1135.pdf>> Acesso em: 10.09.2013.
- FIGUEIRA, Divalte Garcia. ***Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai***. São Paulo: Humanitas FELCH-USP: FAPESP, 2001.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. ***A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil***. Campinas: editora HUCITEC-UNICAMP, 1979.
- MAESTRI, Mário. Piribebuy, a capital mártir: história e historiografia e ideologia na Guerra do Paraguai. ***In: Estudos Ibero-Americanos, v. 39, n. 1***. Porto Alegre: PUCRS, jan./jun. 2013 : 32-53. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/13569>> Acesso em: 20.01.2014.
- _____. De Yatay a Cerro-Corá: Consenso e dissenso na resistência militar paraguaia. ***In: Estudios Historicos – CDHRPyB- Año V***. Montevideo: diciembre 2013a Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/11/art.1%20de%20yatay%20a%20cerro%20cora%20-%20maestri.pdf>> Acesso em 02.04.2014.
- OSSANNA, Julia A. ***Las misiones jesuitas en la región del Guayrá en las primeras décadas del siglo XVII***. La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata (FaHCE), 2008. Disponível em:

<http://www.memoria.fahce.unl.edu.ar/art_revistas/pr.660/pr.660.pdf> Acesso em: 09.10.2013.

PERARO, Maria Adenir. Assunção sob as forças de ocupação: matrimônios e amancebamentos entre militares brasileiros e paraguaias (1869-1876). In: **XXIV Simpósio Nacional de História**. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0438.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2016.

PERNIDJI, Joseph Eskenazi; PERNIDJI, Mauricio Eskenazi. **Homens e mulheres na Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

POMER, León. **La Guerra del Paraguay: 'Gran Negocio!'**. Buenos Aires: ediciones Caldén 1968. 304p.

_____. **La Guerra del Paraguay: Estado, política y negocios**. Buenos Aires: ediciones Colihue 2011. 428p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 22. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. A economia política das reformas econômicas da primeira década republicana. In: **IV Encontro da SE**: Porto Alegre: Unioeste, 1999. Disponível em: <<http://cac-ph:unioeste.br/cursos/toledo/historiaeconomica/eeb1-2.pdf>>. Acesso em: 25.02.2014.

SÁNCHEZ, Sérgio Fernando. **La deuda argentina Entre 1865 Y 1874 (Tesis Doctoral)**. Buenos Aires: Universidad Torcuato Di Tella, 2013.

SINÉSIO, D.J.. **A Questão Christie e a atuação do secretário João Batista Calógeras (1862-1865)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1698.pdf>>. Acesso em 02.09.2014.

VAS, Braz Batista. **Os balões de observação na Guerra do Paraguai: considerações historiográficas**. São Paulo: UNESP, 2012.

WARREN, Harris Gaylord. **Paraguay and the Triple Alliance: the postwar decade, 1869 - 1878**. Austin: University of Texas, 1978, 288p.